

# Decreto da Comissão será assinado no próximo mês

**BRASILIA** — O Presidente José Sarney deverá assinar em junho, o decreto de criação da Comissão Constitucional, informaram ontem o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, e o Presidente da Comissão, jurista Afonso Arinos. Lyra e Arinos almoçaram com o assessor presidencial Célio Borja, com quem acertaram que a Comissão deverá ser instalada com solenidades no Ministério da Justiça (que fornecerá a infraestrutura necessária a seu funcionamento) e no prédio do Itamaraty no Rio.

A Comissão funcionará na Fundação Getúlio Vargas, em Brasília, e seus membros se reunirão também no Rio, São Paulo e no Nordeste. Esta fórmula para funcionamento da Comissão — que será um organismo autônomo, sem subordinação a órgãos do Executivo — encerra as divergências sobre onde ela se reunirá.

Após o almoço na casa de Lyra, considerado "muito cordial", tanto o Ministro quanto o jurista negaram desentendimentos:

— Nunca houve desentendimentos entre mim e Fernando Lyra. Vocês criaram um simulacro que, felizmente, foi desfeito pelos fatos — afirmou o ex-Chanceler.

— Foi uma conversa muito boa, que realmente traduz o entendimento de homens públicos que têm responsabilidade com o momento — disse Lyra, explicando que este segundo encontro com Afonso Ari-

nos, "consolidou e confirmou tudo o que foi acertado no primeiro encontro", dia 13 de março.

Lyra disse que apenas o Presidente da República determinará a data de criação da Comissão, mas assegurou que o decreto sairá em junho. Segundo o Ministro, o ato de criação da Comissão independe da convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

— São trabalhos paralelos, mas não precisam ser convocados na mesma hora — disse.

O Ministro rejeitou as críticas de que a Comissão poderá restringir o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. A seu ver, é justamente o contrário, pois o esboço do anteprojeto estará pronto ainda este ano e representará uma contribuição "inestimável" para que haja um grande debate sobre a Constituinte.

Arinos também não concorda que o projeto vá restringir a Constituinte. De acordo com ele, o texto do anteprojeto será "conciso e preciso", mas detalhará os diversos capítulos constitucionais.

● A opção pelo envio ao Congresso de uma emenda constitucional do Presidente já é praticamente uma decisão: em sua defesa estão o Ministro José Hugo, do Gabinete Civil, e o Assessor especial do Presidente, Célio Borja. Segundo um Assessor, o Presidente espera ainda que Ulysses Guimarães assuma o comando da campanha pela Constituinte, bem como dos trâmites a ela ligados no Congresso.